zado o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar do benemérito José Augusto a importância de 250.000\$ para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas do núcleo de Parada do Pimhão, concelho de Sabrosa, a qual se designará «Cantina Escolar José Augusto e D. Sucena Gomes de Almeida».

Art. 2.º A administração da cantina é autónoma e atribuída a uma comissão de três membros, nomeada pelo Ministro da Educação Nacional, da qual farão parte dois agentes de ensino e, como presidente, um representante do benemérito.

Art. 3.º Ao disponente é reservado o privilégio de indicar dois professores para o preenchimento de vagas abertas ou a abrir na escola do núcleo beneficiado pela cantina.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Julho de 1959. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar — Pedro Theotónio Pereira — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Arnaldo Schulz — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Afonso Magalhães de Almeida Fernandes — Fernando Quintanilha Mendonça — Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias — Eduardo de Arantes e Oliveira — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.*

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 42 353

Convindo dar à margarina características e apresentação que estejam de harmonia com as regras internacionalmente seguidas, para aumentar as possibilidades da sua colocação no mercado externo, há necessidade de publicar um regulamento do fabrico deste produto, fixando normas de qualidade idênticas às dos países concorrentes.

Havendo, porém, disposições antigas, publicadas em decretos com força de lei, que contrariam as disposições do novo regulamento, torna-se necessário revogá-las pelo presente diploma.

Assim:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. São revogados o § 2.º do artigo 237.º do Decreto de 22 de Julho de 1905, os artigos 1.º a 6.º do Decreto n.º 18 348, de 17 de Maio de 1930, o Decreto n.º 18 986, de 30 de Outubro de 1930, e o Decreto n.º 39 171, de 15 de Abril de 1953.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Julho de 1959. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar — Pedro Theotónio Pereira — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Arnaldo Schulz — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Afonso Magalhães de Almeida Fernandes — Fernando Quintanilha Mendonça*

Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias — Eduardo de Arantes e Oliveira — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Decreto n.º 42 354

Reconhecida a vantagem de favorecer a expansão da indústria alimentar no mercado externo, estabelecem-se para a margarina, no fabrico e apresentação comercial, características idênticas às dos países concorrentes, regulando-se por forma especial as condições de embalagem para as províncias ultramarinas.

Considera-se também oportuno reunir neste diploma a legislação dispersa sobre margarina.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Dá-se o nome de «margarina» ao produto butiroso constituído fundamentalmente por gorduras emulsionadas em água.

Art. 2.º Na fabricação da margarina só podem ser utilizadas as gorduras a seguir indicadas, todas ou parte, quer sejam ou não hidrogenadas: azeite, banha de porco; óleos de: algodão, amendoim, coco, gergelim, girassol, milho (germe), palma, palmiste e soja; óleo margarina; óleo estearina e sebos comestíveis. Igualmente pode ser utilizado óleo hidrogenado de animais marinhos.

Art. 3.º Na fabricação da margarina é obrigatória a junção do leite e de amido, este último como desnaturante ou revelador.

§ 1.º O teor da margarina em leite deve ser, pelo menos, igual a 10 por cento, referido a leite comum.

§ 2.º O teor da margarina em amido deve ser igual a 0,5 por cento.

Art. 4.º É permitido juntar à margarina emulsionantes, glucose e sal.

§ único. Não podem ser utilizados outros emulsionantes além dos mono e di-glicéridos e dos fosfatídeos de origem vegetal ou animal.

Art. 5.º Só é permitido corar a margarina nas condições previstas no Decreto n.º 35 818, de 20 de Agosto de 1946.

Art. 6.º Independentemente da utilização de outros antioxidantes e sinérgicos, nos termos do Decreto-Lei n.º 40 520, de 2 de Fevereiro de 1956, são autorizados o ácido cítrico como sinérgico e o palmitato de ascorbilo e substâncias naturais como antioxidantes.

Art. 7.º É permitida a vitaminização das margarinas, mas quando for empregada a vitamina A não pode o seu teor ser inferior a 1800 U. I. (1949) por 100 g, e decorridos seis meses sobre a publicação deste diploma será obrigatória a indicação dos teores vitamínicos nas embalagens.

Art. 8.º É proibido fabricar, preparar, ter em depósito, expor à venda, vender, importar ou promover o transporte de margarinas que não satisfaçam ao disposto nos artigos anteriores e, bem assim, aos requisitos seguintes:

1) Caracteres organolépticos:

Aspecto — homogéneo.

Cor — branca ou amarela.

Sabor e aroma — butirosos ou extintos.